

**CONTRIBUIÇÕES DO PID PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE
INCLUSIVA NA FORMAÇÃO INICIAL: INTENCIONALIDADE PEDAGÓGICA,
TDAH, TEA E EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Kely Rosalia de Souza

Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT)

Cuiabá – MT, Brasil

kely.souza@estudante.ifmt.edu.br

Suzane Candido Alves

Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT)

candido.suzane@estudante.ifmt.edu.br

Ronilson Farias Majjione Balbuena

Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT)

ronilson.balbuena@ifmt.edu.br

Resumo

O presente artigo analisa a construção da identidade docente inclusiva no âmbito do Programa de Iniciação à Docência (PID) do Instituto Federal de Mato Grosso, Campus Cuiabá, com foco no atendimento a estudantes com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e Transtorno do Espectro Autista (TEA). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e teórico-propositivo, fundamentada nas contribuições de Vygotsky, Feuerstein e Paulo Freire, articuladas às legislações brasileiras voltadas à educação inclusiva, com destaque para a Lei nº 12.764/2012 e a Lei nº 14.254/2021. Parte-se da compreensão de que persistem lacunas na formação inicial docente quanto à operacionalização prática da inclusão. Como resultado, apresenta-se o “Painel do Navegador”, concebido como tecnologia pedagógica inclusiva voltada ao desenvolvimento das funções executivas e à autorregulação sensorial. Conclui-se que a mediação pedagógica intencional, teoricamente fundamentada e articulada à prática, possibilita a transformação de conceitos abstratos em práticas inclusivas efetivas, configurando-se como proposta replicável no contexto educacional.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Transtornos de Aprendizagem. Mediação Pedagógica. Formação Docente.

Introdução

A educação contemporânea, especialmente no contexto das políticas inclusivas, demanda uma ruptura paradigmática com a lógica da padronização do estudante nas escolas. A formação inicial docente, historicamente estruturada sob base tradicionalista, com a proposta do professor como centro do processo de ensino aprendizagem, passa a ser tensionada por uma perspectiva que reconhece a diversidade e singularidade dos estudantes, como princípio constitutivo e protagonista no processo educativo.

No Brasil, esse movimento é fortalecido por marcos legais que consolidam o direito à educação inclusiva, como a Lei nº 12.764/2012 e a Lei nº 14.254/2021, que ampliam a responsabilidade das instituições educacionais no atendimento às especificidades dos estudantes. Contudo, observa-se uma dissociação entre o avanço normativo e a efetivação prática da inclusão, especialmente no que concerne à formação docente.

Nesse cenário, a formação inicial de professores assume centralidade, sendo convocada a desenvolver não apenas competências técnicas, mas também competências ético-políticas e pedagógicas capazes de sustentar práticas inclusivas. A literatura evidencia que muitos docentes ingressam na prática profissional sem domínio de estratégias pedagógicas adequadas para atender estudantes com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e Transtorno do Espectro Autista (TEA), o que revela uma lacuna formativa significativa.

É nesse contexto que o Programa de Iniciação à Docência (PID) do Instituto Federal de Mato Grosso se configura como um espaço formativo atento e vigilante, possibilitando a articulação entre teoria e prática. Ao inserir o licenciando no cotidiano escolar, o PID promove a construção de saberes docentes ancorados na experiência, na reflexão crítica e na mediação pedagógica intencional. Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar de que forma as experiências vivenciadas no PID contribuem para a construção da identidade docente inclusiva, com ênfase na intencionalidade pedagógica como elemento estruturante das práticas educativas.

Para subsidiar o objetivo central da pesquisa, propõe-se estabelecer elementos específicos que sustentem tal possibilidade. Desta forma, analisar em que medida, o processo formativo é essencial na qualificação do ideário docente, bem como a refletir quais aspectos

inclusivos podem surgir no processo de construção, além de verificar se os materiais produzidos vão ao encontro dos aspectos importantes para consolidação dos estudantes público alvo citados, no caso estudantes com TDAH e TEA.

O caminho metodológico aponta para uma pesquisa de natureza qualitativa e bibliográfica, assumindo um caráter estritamente propositivo e teórico. O estudo fundamenta-se no método dialético-reflexivo, que permite a análise das contradições e das sínteses entre a teoria educacional e a necessidade de recursos inclusivos. A sistematização das atividades de investigação desenvolvidas no âmbito do Programa de Iniciação à Docência (PID), configura-se como um desdobramento e amadurecimento científico das discussões iniciadas em âmbito institucional.

Para um apoio na organização textual e na confecção das imagens do painel do navegador foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial generativa. As análises e conclusões são de autoria exclusivamente dos autores.

O trabalho está organizado de uma maneira que atenda a programação do evento. Dessa maneira, além da introdução, temos em sequência, a fundamentação teórica, dialogando sobre as intencionalidades pedagógicas e o papel do professor no processo inclusivo. Logo, a conclusão, trazendo a compreensão de tudo o que foi debatido ao longo da escrita, além do referencial bibliográfico.

Resultados e Discussão

A compreensão da educação inclusiva exige a articulação entre diferentes matrizes teóricas que fundamentam o processo de ensino e aprendizagem. A teoria histórico-cultural de Vygotsky (1998) destaca que o desenvolvimento humano é mediado por signos e instrumentos, sendo a interação social fundamental para a construção das funções psicológicas superiores. A aprendizagem ocorre na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), espaço em que, por meio de intervenções pedagógicas intencionais, o sujeito realiza tarefas ainda não possíveis de forma autônoma.

No contexto da educação especial, especialmente no atendimento educacional especializado (AEE), com estudantes com TEA e TDAH, essa mediação assume caráter estruturante. O professor atua na ZDP por meio de suportes pedagógicos organizados, como recursos visuais, táteis e sequenciais, que funcionam como instrumentos mediadores externos

e favorecem a estruturação do pensamento e a regulação das ações.

Sob essa perspectiva, a inclusão escolar exige mais do que a presença física do estudante, demandando acessibilidade curricular. Para Rodrigues (2012), trata-se de um compromisso ético-político orientado pela equidade. Nessa direção, Mantoan (2003) defende uma escola que assegure o direito à diferença sem comprometer o acesso ao conhecimento comum.

Feuerstein (1991) contribui com o conceito de Experiência de Aprendizagem Mediada (EAM), na qual o professor atribui significado, intencionalidade e transcendência às interações, promovendo a modificabilidade cognitiva estrutural do sujeito. Tal perspectiva rompe com visões deterministas, reafirmando o potencial de aprendizagem em contextos mediados.

É nesse arcabouço teórico que se insere o “Painel do Navegador”, concebido como principal resultado deste estudo. Trata-se de um recurso didático estratégico voltado à mediação de processos cognitivos de estudantes com TDAH e TEA.

No caso do TDAH, o recurso responde à necessidade de suportes externos para a autorregulação da atenção e das funções executivas, em consonância com a Lei nº 14.254/2021. Pode ser compreendido, neste estudo, como uma “prótese cognitiva”, conceito interpretativo das autoras, que auxilia na organização da atenção, da memória de trabalho e do foco sustentado.

Nesse sentido, a proposição do Painel do Navegador dialoga diretamente com a concepção de mediação pedagógica defendida por Vygotsky (1998), ao compreender o recurso como instrumento cultural que reorganiza a atividade psíquica por meio da externalização de processos cognitivos. Ao tornar visíveis as etapas do pensamento, o painel favorece a internalização progressiva de estratégias autorregulatórias.

Sob a perspectiva de Feuerstein (1991), o recurso insere-se no campo da EAM, uma vez que sua utilização envolve intencionalidade, significado e transcendência. O professor, ao mediar a interação com o painel, promove não apenas a execução da tarefa, mas a construção de estruturas cognitivas transferíveis para diferentes contextos.

Adicionalmente, à luz da pedagogia freiriana, o Painel do Navegador (figura 1) configura-se como expressão da práxis pedagógica, ao articular reflexão e ação na construção de estratégias inclusivas. Tal compreensão reforça que o recurso não se limita a um

instrumento técnico, mas constitui-se como mediação intencional comprometida com a autonomia do sujeito.

Figura 1 – Protótipo do Painel do Navegador: Perspectiva Inclusiva



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026) com suporte de IA generativa.

A representação visual do Painel do Navegador permite compreender sua funcionalidade como dispositivo estruturador da ação cognitiva, evidenciando que sua organização não se limita a uma disposição estética dos elementos, mas responde a uma lógica pedagógica intencionalmente planejada. A disposição sequencial das tarefas, associada à divisão temporal e à presença de elementos interativos, favorece a construção de rotinas cognitivas estáveis, contribuindo para a previsibilidade das ações e para a redução da incerteza frente às demandas escolares.

Nesse sentido, o painel atua como suporte externo que organiza o fluxo da atividade mental, permitindo que o estudante compreenda não apenas o que deve ser feito, mas também como e em que ordem as ações devem ocorrer. Tal organização favorece a antecipação das tarefas e a construção de esquemas mentais que orientam o comportamento, especialmente em contextos que exigem planejamento e controle das ações.

A análise do recurso evidencia que sua estrutura reduz significativamente a carga cognitiva associada à organização interna das ações, ao transferir para o ambiente externo parte das exigências relacionadas ao planejamento e à tomada de decisão. Dessa forma, o estudante pode direcionar seus esforços à execução da tarefa, diminuindo a sobrecarga mental e ampliando sua capacidade de permanência e engajamento na atividade proposta.

Essa externalização dos processos cognitivos configura-se como estratégia pedagógica fundamental, uma vez que possibilita ao estudante acessar e manipular informações de forma concreta, favorecendo a organização do pensamento e a regulação do comportamento orientado a objetivos.

A interação com os elementos visuais e táteis evidencia, ainda, a relevância da mediação sensorial no processo de aprendizagem, especialmente em contextos de neurodivergência. A manipulação concreta dos componentes do painel favorece o engajamento ativo, reduz a dispersão e amplia a permanência do estudante na tarefa, configurando-se como estratégia eficaz de sustentação atencional. Além disso, os estímulos sensoriais organizados contribuem para a regulação do estado de alerta, elemento essencial para a aprendizagem significativa.

Sob essa perspectiva, o Painel do Navegador integra dimensões cognitivas, sensoriais e organizacionais, configurando-se como tecnologia pedagógica intencional voltada ao desenvolvimento das funções executivas, tais como planejamento, memória de trabalho e controle inibitório. Ao favorecer a organização do ambiente de aprendizagem, o recurso amplia as possibilidades de participação ativa do estudante, especialmente daqueles que apresentam barreiras nesses domínios.

A compreensão da mediação pedagógica, nesse contexto, exige a análise da dinâmica relacional entre professor, estudante e recurso, uma vez que a aprendizagem não se estabelece de forma isolada, mas por meio de interações intencionalmente estruturadas. O recurso, portanto, não substitui a ação docente, mas potencializa sua intervenção, funcionando como elemento articulador entre o sujeito e o conhecimento.

À luz da teoria histórico-cultural de Vygotsky (1998), essa relação configura-se como espaço privilegiado de desenvolvimento, no qual o conhecimento é construído por meio da mediação e da utilização de instrumentos culturais. O recurso pedagógico assume, assim, papel central na organização da atividade cognitiva, ao possibilitar que o estudante realize

ações que, sem esse suporte, estariam além de sua capacidade atual de execução, situando-se na ZDP.

Dessa forma, evidencia-se que o Painel do Navegador não se restringe a um instrumento auxiliar, mas constitui-se como dispositivo mediador que organiza, orienta e potencializa o desenvolvimento cognitivo, reafirmando a centralidade da intencionalidade pedagógica na efetivação de práticas inclusivas.

Figura 2 – Esquema da Triade de Mediação: Professor, Aluno e Recurso



A Figura 2, demonstrada acima, ilustra a dinâmica da EAM, evidenciando a relação estruturante entre professor, estudante e recurso no processo de ensino e aprendizagem. Nessa configuração, o Painel do Navegador não se apresenta como elemento isolado, mas como parte integrante de um sistema de mediação intencional, no qual o professor orienta, o recurso organiza e o estudante constrói o conhecimento. Tal articulação revela que a aprendizagem se constitui em um campo relacional, no qual os instrumentos pedagógicos assumem papel ativo na organização da atividade cognitiva.

Nesse contexto, o painel configura-se como instrumento mediador que possibilita o exercício de funções cognitivas em desenvolvimento, atuando como suporte externo na organização do pensamento, na estruturação das ações e na regulação do comportamento orientado a objetivos. Ao tornar visíveis as etapas da atividade, o recurso favorece a internalização progressiva de estratégias cognitivas, ampliando a autonomia do estudante frente às demandas escolares.

A intencionalidade pedagógica é analisada à luz de Feuerstein (1991), especialmente no critério da mediação da transcendência, que pressupõe a capacidade de transferir aprendizagens para além da situação imediata. Nessa perspectiva, o Painel do Navegador não se limita a orientar a execução de tarefas pontuais, mas contribui para a construção de esquemas mentais duradouros, favorecendo a generalização do conhecimento e a ampliação das possibilidades de atuação do sujeito em diferentes contextos.

Sob a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1998), o recurso pode ser compreendido como instrumento semiótico que reorganiza a atividade psíquica e potencializa o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. A aprendizagem, nesse sentido, não é resultado espontâneo, mas processo mediado por intervenções pedagógicas estruturadas, nas quais o professor atua intencionalmente na ZDP, ampliando as capacidades do estudante.

Ao considerar os princípios da acessibilidade curricular, o Painel do Navegador dialoga com a concepção de inclusão defendida por Mantoan (2003), ao garantir condições equitativas de acesso ao conhecimento, sem descaracterizar as especificidades dos estudantes. Para Rodrigues (2012), tal abordagem expressa uma ética da equidade, na qual ensinar implica reconhecer as diferenças como constitutivas do processo educativo e atuar na superação das barreiras que limitam a aprendizagem.

Detalhando sua estrutura, o recurso organiza-se em eixos de estimulação cognitiva que atuam de forma integrada:

- Guia de Sequenciamento e Temporalidade: promove a organização das atividades, favorece a previsibilidade e contribui para o desenvolvimento da autonomia, atuando diretamente na memória de trabalho e no planejamento;
- Zonas de Exploração Sensorial e Tátil: regulam o sistema sensorial, ampliam o engajamento e auxiliam na manutenção do foco atencional, especialmente em contextos de sobrecarga de estímulos;
- Indicadores de Direcionalidade: estimulam a atenção sustentada, a coordenação motora fina e a orientação espacial, convertendo o movimento em estratégia cognitiva mediada.

A escolha cromática e estrutural baseia-se em princípios da neuroeducação, considerando a influência dos estímulos visuais na organização cognitiva e na regulação da atenção. A utilização de contrastes funcionais e organização visual equilibrada contribui para evitar a sobrecarga sensorial e favorecer a aprendizagem significativa.

Nesse sentido, evidencia-se que a identidade docente inclusiva se constrói na articulação entre teoria e prática, na qual o professor deixa de ser mero transmissor de conteúdos para assumir o papel de mediador, organizador e pesquisador de sua própria prática. Conforme Tardif (2002), o saber docente emerge da experiência, enquanto Nóvoa (1992) destaca a formação como processo reflexivo contínuo. O Painel do Navegador, portanto, materializa essa construção ao expressar a atuação docente como prática intencional, fundamentada e comprometida com a transformação do contexto educacional inclusivo.



O Programa de Iniciação à Docência constitui-se como espaço formativo estratégico na construção da identidade docente inclusiva, ao possibilitar a articulação entre teoria e prática e aproximar o licenciando das demandas reais da escola contemporânea. Nesse sentido, o PID favorece a constituição de saberes docentes ancorados na reflexão crítica, na investigação e na mediação pedagógica intencional.

A intencionalidade pedagógica evidencia-se como eixo estruturante das práticas inclusivas, sendo compreendida como posicionamento ético, político e epistemológico do professor frente às singularidades dos estudantes. É por meio dela que a prática pedagógica se configura como ação mediadora, consciente e orientada ao desenvolvimento e à aprendizagem.

A proposição do “Painel do Navegador”, enquanto recurso pedagógico de natureza teórica, evidencia o potencial de estratégias didáticas intencionalmente planejadas para apoiar o desenvolvimento das funções executivas e ampliar a participação de estudantes com TDAH e TEA. O recurso demonstra que a inclusão não se efetiva pela simplificação do ensino, mas pela qualificação das condições de acesso ao conhecimento.

A análise desenvolvida indica que estratégias pedagógicas fundamentadas teoricamente podem contribuir para a efetivação da inclusão escolar, ainda que sua validação dependa de investigações empíricas futuras.

A identidade docente inclusiva constitui-se como processo formativo contínuo, sustentado pela investigação, planejamento e mediação pedagógica intencional, exigindo compromisso ético e sensibilidade frente às múltiplas formas de aprender.

Evidencia-se a necessidade de investimento permanente na formação docente e no fortalecimento das políticas públicas de educação especial, visando garantir o direito à aprendizagem em sua dimensão integral.

Este estudo, de natureza teórica, oferece subsídios para futuras pesquisas e práticas educativas, reafirmando o compromisso com uma educação inclusiva e transformadora.

Mais do que propor caminhos, este estudo afirma que incluir é um ato intencional, consciente e ético, no qual o professor possibilita que cada estudante exista, aprenda e se reconheça no espaço educativo.

Referências Bibliográficas

REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

_____. Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021. **Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia, TDAH ou outros transtornos de aprendizagem.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 dez. 2021.

FEUERSTEIN, Reuven. **Instrumental enrichment: an intervention program for cognitive modifiability.** Baltimore: University Park Press, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1992.

RODRIGUES, David. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

VIGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

